

# Crónica 241 autonomias, independências e pragmatismo (parte 3) 2.3.2019

... [recordo a ILHA DA AUTONOMIA, escrito em junho 2012](#)

Para 2015 antecipa-se o fim das quotas leiteiras, um remate anunciado há muito para essa riqueza artificial. No século XVIII ninguém pudera prever a data exata do fim da exportação das laranjas. Nos últimos anos vem aumentando a produção anual de leite sem que haja do Governo, das autarquias ou das gentes qualquer ação, individual ou coletiva, que comece a prevenir o futuro.

Claro está que os pastos se podem converter em terras de cultivo antes que o Diabo esfregue um olho, mas os trezentos mil ou mais animais não se desvanecem num ápice. Sete anos antes do fim das quotas leiteiras, abordei o Presidente da Junta da Lomba da Maia propondo uma reunião de esclarecimento onde os locais pudessem discutir ideias (se as tivessem) sobre a reconversão que terá de haver. Nem um se mostrou interessado, decerto pensaram que um urbano como eu nada teria para lhes comunicar sobre o ganha-pão deles.

Daqui a pouco não existirão fundos europeus para a excessiva produção de leite que se regista nas ilhas e ficarão sem nada. Depois do fim da gesta heroica e brutal dos baleeiros, que Dias de Melo retratou, aproxima-se o fim da era do leite. Virão dias de fome e de aflição. Nada ou muito pouco foi feito para a reconversão desses milhares de famílias que vivem do “leite” num ciclo vicioso de maiores produções para “sacar” maiores fundos europeus. Quem sabe se não poderiam converter as vacas leiteiras em produtoras de carne da melhor qualidade para exportação? Podiam usar a tecnologia existente e a mão-de-obra local seria sujeita a uma apropriada componente de atualização de formação e desenvolvimento pessoal?

Nos EUA já há quem aproveite o estrume do gado bovino para produzir energia ecológica...será que estes campos podem produzir biodiesel? Por outro lado, como a terra é fértil, quando se acabarem as vacas gordas leiteiras poderiam diversificar e manufacturar queijos, aproveitar os solos úberes para criarem outros produtos agrícolas para mercados de nicho e exportar para o mundo.

Infelizmente, não vi nem ouvi nenhum dos técnicos agrários, vulgo engenheiros, propor ou estudar quais os mercados de nicho que estas férteis terras poderiam fornecer. Falta visão como quando o chá sucedeu às laranjas. Os políticos insulares, como os seus congéneres continentais, vivem nas suas torres de marfim condicionados ao ritmo da reeleição e não deverão ter visão para “imaginar” os Açores daqui a 10, 20 ou 30 anos, tudo é feito pelo imediatismo da próxima contagem de votos, nada se faz nem se percebe que haja quem o queira fazer.

Reservo-me, hoje e sempre, o direito de emitir opiniões e ser controverso quando afirmo que nos meios rurais, os açorianos continuam escravos, tal como os seus antepassados. Mesmo sem o saberem. Há quem alegue que esta escravatura hodierna é bem mais humanizada e de matizes mais esbatidos (decerto nunca foram escravos para o afirmarem...é como o país de brandos costumes).

Seguem destinos tradicionais sem os questionarem. O fatalismo insular pode ser explicado pela brutal aspereza dos elementos: o fogo e as manifestações telúricas. Nesta ilha (ao contrário das restantes oito) as gentes vivem de costas voltadas para a água que os rodeia por todos os lados. Com o credo na boca. A permanente imposição férrea de normas, que aceita sem discutir, como se ainda vivesse sob o medo de uma sociedade feudal, a mesma que persiste nos seus monopólios económicos. Sem se preocupar com a aparência de democracia e igualdade, que a constituição do país consagra no papel. Tal como sucede no ciberespaço, na sociedade do “Second Life”, esta democracia é virtual.

A fome será menor que dantes. A dependência, dissimulada de vontade própria, perpetua-se igual. Em nome das santas tradições, procissões e festas. Em nome do Divino Espírito Santo e do Santo Cristo.

A energia positiva dos vaqueiros é muitas vezes canalizada para ações relacionadas com o culto cristão eivado de paganismos, como as romarias tradicionais. Existem alternativas, mandar a escravidão às urtigas e viver do rendimento de inserção social. É o sistema da “Faixa de Gaza” da Ribeira Grande lá para os lados de Rabo de Peixe. A maioria das famílias (com excelente taxa de natalidade), jamais empregadas nem empregáveis, vive do rendimento mínimo. Trabalhar é só para os inúteis.

A autonomia, constituída no papel, ciclicamente pedida com salamaleques e, sempre que necessário, contestada pelo governo central, dá a aparência de liberdade ao ciclo secular repetido. Aquando das grandes tragédias, fruto dos elementos telúricos, fogo e água, a revolta popular manifestava-se nos pés dos que se punham a caminho.

A emigração foi sempre a fuga à fome e escravidão. Iam para paraísos terrenos no lado outro do Grande Mar Oceano, lá donde seus parentes tornavam contando maravilhas. Com a pequena exceção do Havai, o Éden açoriano há séculos que se conjuga nas Américas, primeiro na do sul (especialmente Brasil), mais recentemente, na do norte. Ainda hoje.

Já Daniel de Sá escrevera “Sair da ilha é a pior maneira de ficar nela”, Onésimo diria que era a “melhor”, mas continuava a haver um ou outro revoltado com a miséria, a falta de futuro, a ausência de presente e o excesso de passado, sempre pronto a meter pés ao caminho. Rumo à verdadeira autonomia do dinheiro. A única que permite sonhar. Não há democracia sem capital. Karl Marx nunca o soube. Só com poder de compra se pode ser livre. Sem posses os pobres não podem almejar a liberdade. A emigração é a face visível da verdadeira emancipação açoriana.

Nos Açores há imensas réplicas da macrocefalia de Lisboa e do Terreiro do Paço. Governam como na monarquia absolutista. Nem os cães ladram quando a caravana passa. Até os cachorros são indolentes. Mimetizam as pessoas, acomodadas e aburguesadas. O insuportável e fedorento colonialismo paternalista de Lisboa manter-se-á até que as turbas saiam à rua. Aí sim, pode haver autonomia. Eu clamava, tal como - em tempos idos - exprimira aos líderes timorenses antes de serem independentes, que competia aos açorianos decidirem e traçarem o seu destino. Assim o escrevia já no início de 2008: Em risco de ser, de novo e involuntariamente controverso, creio haver regionalismos autonómicos, como o dos Açores, que deveriam ser incentivados. O desprezo constante a que votam os ilhéus é quase tão mau como a tentativa forçada de desertificação humana no interior profundo de Portugal. Se ora se fala - pouco e mal - sobre os Açores tal se deve a essa maléfica invenção soporífera chamada telenovela que deu visibilidade ao arquipélago.

Para os continentais, quando se fala dos Açores é quase como discursar de Timor Português quando fui para lá em 1973. Sabiam que eram ilhas e pouco mais. Quase como a anedota da pergunta insólita “a senhora é dos Açores, mas é branca?” Não avisaram que a paisagem é verde, as pessoas não. O orgulho em ser-se açoriano é profundo, arregado ao húmus, mas difuso. Confunde-se com bairrismos de cada ilha ou insularismos de cada freguesia. É prejudicado pela idiosincrasia micaelense de chamar Açores às outras ilhas. Como se S. Miguel fosse o continente português perpetuando noções de dependências e vassalagens obsoletas. Fruto da herança ancestral, do obscurantismo de 48 invernos salazarentos e 35 primaveras bafientas da 3ª República entorpecente e anestesiante, alegadamente democrática... A história ilustra a luta entre a Ilha Terceira e S. Miguel pela supremacia dos capitães donatários, titulares da efémera nobilidade de "capital do arquipélago". Estes vícios

repetem-se hoje. Dado o desdém com que os continentais tratam os autóctones (basta ignorá-los), seria de esperar maior unidade e desejo autonómico. De emancipação. Não independência. Salvo raras exceções, poucos manifestam tais desejos face ao poder central cego e cabeçudo. Parecem satisfeitos com a submissão à macrocefalia de Ponta Delgada, que espelha Lisboa. Em tempos, o açoriano expatriado Manuel Leal escreveu que:

*“A revolução açoriana vem-se mostrando à janela há séculos.  
Nunca teve uma face persuasiva.  
Não a possui em ideologia, embora exista quem assim apregoa.  
Fazem-no nos cafés, numa elite dentro da ilha e sem eco.  
A revolução à mesa do café não chega a parte nenhuma”.*

Se preferissem a emancipação total poderia ser tanto ou mais viável que a do Kosovo, Kiribati ou da Ossétia do Sul. Cristóvão de Aguiar aventava que teriam de ser nove as independências. Talvez quatro bastassem: S. Miguel e a sua colónia de Santa Maria; a Terceira e a colónia da Graciosa; o Faial e a sua colónia do Pico e, por fim as Flores e a sua adjacente Corvo. Podiam ainda considerar as possessões ultramarinas como Toronto, Nova Bedford e outras tantas que por ali havia.

Chegou o tempo de o povo demonstrar capacidade identitária e poder de intervenção perante um país resumido a Lisboa e submisso perante uma Europa dominadora que julga os cidadãos como números, para aumentar ou estabilizar orçamentos.

Cito, uma vez mais e sempre, Martin Luther King *"I had a dream"*. Sem macrocefalias nem subalternidade. Um governo regional autêntico, sem ser filial de Lisboa, reclamando a verdadeira autonomia sem se arvorar em defensor dos interesses dos que sempre exploraram os ilhéus, sombrias e persistentes personagens que perenizam monopólios. Arrivistas com iniciativas pequenas e isoladas. Limitadas como as ilhas e o país.

A autonomia vive-se hoje apenas em círculos muito restritos, e em alguns escritores e em "expatriados" em Portugal e nas Américas. Surgirá - cremos, um dia -, não à mesa do café, mas da escrita, da "elite esclarecida" (à falta de melhor adjetivação) qualquer movimentação nesse sentido. Haveria mesmo elites pensantes açorianas para além das que se emproam em encontros de intelectuais representando a fina-flor dos que têm direito a nome no jornal? Uns pararam no tempo, outros andam em busca dele, que nunca à frente. A população não os segue nem os entende. Nem mesmo os ditos. Apenas ufanos por preencherem as revistas cor-de-rosa? Todos. Incapazes de congregarem mentes, mentem sem insistirem no tema. Temerosos de perderem a caleche em que se pavoneiam na avenida marginal tal como os antepassados de 1890. Nos Açores, compete aos mestres da palavra fácil indoutrinarem e mostrarem o caminho da Atlântida perdida a que se chamou autonomia.

Só então cortarão os cordões umbilicais, alcançando a independência dos que escrevem e partilham a açorianidade. Com a sagesa dos seus conhecimentos sonharão com esse momento de libertação. Assim inventaram a literatura açoriana para que ninguém se esquecesse deles e o mundo os não deixasse para trás na sua voragem

... (continua) [Para o Diário dos Açores e Diário de Trás-os-Montes](#)

Chrys Chrystello, Jornalista

[MEEA/AJA (Australian Journalists' Association – Membro Honorário Vitalício nº 297713,) carteira profissional AU3804]